

# O trabalho em serviços pessoais no Brasil (1992-2001)<sup>1</sup>

Leandro Pereira Morais<sup>2</sup>

## Resumo

*Este artigo tem como intuito discutir a questão dos serviços pessoais no Brasil, frente às atuais transformações estruturais do mercado de trabalho nacional. Argumenta-se que as imprecisões na definição, na classificação e na mensuração dos serviços constituem uma grande dificuldade para o avanço dos estudos. O artigo expõe uma rápida abordagem sobre a evolução dos serviços no Brasil no período recente, para assim, examinar especificamente os serviços pessoais, tendo como base estatística, os dados da PNAD para os anos de 1992 e 2001, a partir de uma tipologia alternativa, na qual incorpora outras atividades entendidas como prestadora de serviços para as pessoas e famílias. Verifica-se a importância deste segmento no que diz respeito à geração de ocupação e renda, visto que os serviços pessoais respondem por cerca de 35% dos ocupados nos serviços em geral.*

**Palavras-chave:** Brasil – Mercado de trabalho; Serviços pessoais.

## Introdução

A década de 1990 foi marcada por novas configurações e condições de funcionamento do mercado de trabalho nacional e teve como traços principais o aumento da informalidade e a elevação do desemprego. A nova dinâmica do mercado de trabalho caracterizou-se pela desarticulação da base do trabalho assalariado e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais, ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento, tornando-se, pois, o mercado de trabalho nacional cada vez mais precário e excludente. (Dedecca, 2000).

---

<sup>1</sup> O autor agradece as interessantes sugestões apresentadas e discutidas a partir de uma leitura atenta pelos professores do Cesit, Dr. Paulo Baltar e Dr. Marcelo Proni, sem as quais a confecção deste artigo seria inviável.

<sup>2</sup> Mestrando em Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp/Bolsista-pesquisador do projeto “Mercado de trabalho e modernização no setor terciário brasileiro”, realizado em parceria por Dieese e Cesit com financiamento do CNPq.

Segundo Mattoso (1999), a década de 1990 tem como peculiaridade um processo de deterioração do mercado de trabalho brasileiro, tendo por um lado, a queda do emprego formal, o aumento da precariedade dos empregos, da taxa de desemprego e da informalidade e, por outro, a transferência de trabalhadores do setor industrial para o setor de serviços, geralmente com queda de renda. Em outras palavras, a década de 90 mostrou claros sinais de desestruturação do mercado de trabalho nacional, ou seja, nítida tendência de crescimento do número de trabalhadores sem carteira e por conta própria, em detrimento da participação dos assalariados formais.

De acordo com Pochmann (2001), os postos de trabalho abertos, em sua grande maioria, caracterizaram-se pela precariedade nas condições e relações de trabalho, além do que, os salários médios reais permaneceram na década de 1990 apenas 2/3 do que eram nos anos 1980, enquanto as taxas de desemprego tornaram-se o dobro do que eram no final dos anos 1980. A principal ocupação criada no período foi a de emprego doméstico, responsável por quase 23% de todas as vagas abertas no país. O aparecimento de postos de trabalho precários e de baixa produtividade refere-se “fundamentalmente a estratégias de sobrevivência dos trabalhadores sem emprego.” (Pochmann, 2001, p. 156).

Uma questão de extrema importância que deve ser mencionada refere-se à política econômica adotada durante o período. Tavares (1997, p. 115) propugna a tese de que

As mudanças introduzidas na economia a partir do início da década de 90 e aprofundadas aceleradamente com a implantação do Plano Real perfilam um novo quadro de agravamento das fortes desigualdades econômicas e sociais existentes no país, desta vez acrescidas pelo aumento do desemprego aberto e pela precarização extrema das condições e relações de trabalho.

Segundo a autora, os impactos negativos que recaem sobre a estrutura e a dinâmica da ocupação, relacionam-se diretamente com a natureza da política macroeconômica adotada, que tem como eixos centrais, a abertura comercial e financeira praticada de maneira “desordenada”, a contenção do crescimento econômico, a desregulamentação econômica e financeira e o desmantelamento do aparelho do Estado. Para Pochmann (1999), tais medidas de ajustes macroeconômicos implementados com o intuito de atingir a “modernidade”, foram acompanhadas pela deterioração de parte significativa do parque produtivo, pela desestruturação de parte das cadeias produtivas, sem mencionar a desigualdade entre os rendimentos.

Em se tratando da discussão da economia de serviços, vale ressaltar que a definição e classificação dos serviços são problemáticas, assim como a mensuração do seu produto, fato esse explicado, em partes, pela precariedade da base estatística que cobre o setor. Em outros termos, esse problema refere-se às dificuldades inerentes à mensuração de seu produto e produtividade, tendo em vista o fato de que no setor, incluem-se atividades múltiplas e não-homogêneas, configurando, portanto, um setor profundamente marcado pela heterogeneidade.

Diante deste contexto, verifica-se que no Brasil, durante a década de 1990, o setor de serviços passou a representar quase dois terços do emprego urbano metropolitano e responder por cerca de 56% do Produto Interno Bruto – PIB, de acordo com os dados do IBGE. A evolução recente das ocupações no Brasil sofreu fortemente as repercussões negativas decorrentes do comportamento geral da economia nos anos 90. No Brasil, discutir o setor de serviços é fazer reflexões concernentes à pobreza, desigualdade, produtividade e competitividade.

Deve-se, desde logo, chamar a atenção para o fato das dificuldades teóricas e/ou conceituais que abarcam o estudo do setor serviços. Em outras palavras, é mister elencar quais são as atividades que compõem este setor altamente heterogêneo. Cano (1992) aborda, de maneira crítica, alguns cortes metodológicos mais usuais na literatura especializada que retrata o setor. São eles: a) classificação que divide os compartimentos “funcional” (atrelados à produção) e “pessoal” (ligado ao consumo das famílias); b) classificação estabelecida pelas Contas Nacionais que divide o setor em comércio, transporte, comunicação, instituições financeiras, administração pública, alugueis e outros serviços (atividades sociais privadas, alguns serviços pessoais e serviços produtivos); c) classificação utilizada para a estrutura ocupacional informada nos Censos Demográficos, que tem como enfoque o tipo de emprego e d) classificação propugnada por Browning e Singelmann (1978) que divide os serviços em produtivos, distributivos, sociais e pessoais. Para Cano, todas classificações são passíveis de críticas, tendo em vista, dentre alguns fatores, a incapacidade de realização de uma análise mais individualizada fruto do limitado alcance dos cortes metodológicos frente à complexidade e diversidade das atividades que compõe o setor.

No que se refere ao subsetor de serviços pessoais, é interessante mencionar que sua análise também é permeada por problemas teóricos e metodológicos, além da precariedade das informações sobre seu

funcionamento. Na verdade, o fato é que esse subsetor é marcado pela total ausência de estudos sobre sua evolução.

Pretende-se, neste artigo, em primeira instância, discutir e propor uma definição teoricamente justificável e operacional para os “serviços pessoais”, em grande parte marcado por atividades instáveis, de baixo rendimento e qualificação e que, em geral, não permitem uma trajetória profissional ascendente. A partir de então, procura-se analisar, para o conjunto do Brasil, como se deu a evolução deste subsetor durante a década de 1990, no sentido de verificar as características (idade, sexo, rendimento, escolaridade, etc.) dos ocupados que o compõem.

### **1 A importância dos serviços no mercado de trabalho brasileiro**

Ao longo da década de 1990, a economia brasileira passou por um intenso processo de reordenamento de suas atividades. O avanço no processo de abertura da economia, a reestruturação de diversos setores ou ramos produtivos e o modesto crescimento do PIB verificado no período, de fato, transformaram significativamente a economia do país. E, de maneira mais geral, a própria sociedade brasileira, na medida que a informalidade se alastrou por todos os poros do mercado de trabalho urbano e o desemprego passou a constituir um problema estrutural que ameaça a coesão social (Cacciampali, 2000). A deterioração do mercado de trabalho nacional, ou seja, os altos índices de desemprego e a precarização das condições de trabalho, atingiram amplitude nacional e jamais vista na história do país e, independentemente da metodologia adotada para a detecção da taxa de desemprego, ela se encontra em patamares demasiadamente elevados (Pochmann, 2001).

Não é de admirar que um dos setores que mais impactos sofreu por força deste reordenamento econômico e social tenha sido o setor de serviços, em suas diferentes dimensões. Estudar o sentido das mudanças neste setor, na década passada é essencial para aprofundar o conhecimento sobre a possibilidade de encontrar soluções consistentes para os problemas da sociedade brasileira relacionados ao trabalho e à distribuição de renda.

Na visão de Furtado (2004), um dos traços característicos do desenvolvimento atual em todo o mundo é a lenta absorção da mão-de-obra, o que se traduz em desemprego crônico e em pressão para baixar os salários da mão-de-obra não especializada. Segundo o autor, “o que vem se

chamando de sociedade de serviços constitui uma mistura de elevada taxa de desemprego estrutural com uma parcela expressiva de população trabalhando em tempo parcial e precariamente” (p. 2).

No Brasil, desde o início da década de 1990, a dinâmica do mercado de trabalho tem-se caracterizado pela desarticulação da oferta de empregos (novos postos de trabalho assalariado) e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais (ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento). Dessa forma, o mercado de trabalho nacional tornou-se cada vez mais precário e excludente (Dedecca, 2000). Pode-se, inclusive, falar de uma reprodução da heterogeneidade estrutural histórica do mercado de trabalho, agora com novas formas e nuances (Baltar, Cacciamalli; Dedecca, 1997).

Baltar (2003) defende a idéia do “estreitamento” do mercado de trabalho nos anos 90, cujas manifestações podem ser expressas, por exemplo, pela dificuldade da entrada de jovens no mercado de trabalho, pela redução da busca por trabalho assalariado e pelo aumento da incidência do desemprego aberto. Tal “estreitamento” está relacionado também, de um lado, pela redução absoluta dos empregos, sobretudo nas grandes empresas e, por outro, pelo expressivo aumento do emprego em pequenas e médias empresas nos mais variados setores de atividades. No entanto, a grande totalidade destes empregos gerados refere-se a empregos sem carteira de trabalho assinada. Uma outra questão que merece ser destacada é que o aumento do desemprego aberto e da inatividade implicou em uma maior precariedade do trabalho daqueles que conseguiram uma ocupação, tendo em mente, por um lado, a queda do emprego e o aumento da exploração nas grandes empresas e, por outro, o aumento do emprego em pequenas e médias empresas acompanhado por um maior descumprimento da legislação trabalhista, além, é claro, da proliferação do emprego em pequenos empreendimentos não empresariais e do serviço doméstico remunerado.

Nesse contexto, a importância do setor de serviços para a economia do país pode ser expressa pela sua dimensão quantitativa: em 1999, os serviços e o comércio responderam por cerca de 56% do PIB. E, do total de ocupados, 56,4% trabalhavam nos serviços (mais de 40 milhões de pessoas), segundo dados do IBGE. Acrescente-se que o setor passou a representar quase dois terços do emprego urbano metropolitano (Kon, 1997). Pode-se, inclusive, afirmar que está em curso um processo de “terciarização” do

mercado de trabalho.<sup>3</sup> O setor também merece atenção especial, nesse sentido, por constituir um espaço dinâmico para o surgimento e ampliação de um grande leque de ocupações que ganharam importância no período recente. E, não por acaso, muitas políticas públicas de emprego tomaram como referência a crescente importância do setor na nova configuração do mercado de trabalho e seus possíveis impactos em termos de geração de emprego e renda.

Não obstante, de acordo com Montagner, Bernardes e Matteo (1999, p. 137), ainda “são escassos os estudos relativos à identificação do tipo de demanda de serviços que vem se cristalizando”. Além do que, os estudos de tendências acerca do funcionamento do setor são comprometidos e prejudicados pelas dificuldades impostas pelo sistema estatístico nacional para analisar em detalhes o conjunto heterogêneo de atividades que compõem o setor de serviços.<sup>4</sup>

Na década de 1990, o aprofundamento ainda mais intenso desta heterogeneidade foi indubitável diante do processo de reorganização produtiva e difusão de novas tecnologias. Foi uma resposta de “caráter emergencial e determinada pela crise macroeconômica e pela percepção da irreversibilidade da abertura da economia aos concorrentes internacionais” (Montagner, Bernardes; Matteo, 1999, p. 142), o que conferiu à década uma “volumosa” criação de postos de trabalho precários (baixa qualificação e remuneração), se comparados aos abertos nos chamados serviços “intensivos em conhecimento”.<sup>5</sup>

A última década do século XX foi marcada, portanto, por um período de expansão da geração de ocupações no setor de serviços, em suas diversas atividades (serviços pessoais, serviços “intensivos em conhecimento”, serviços públicos – esses, inclusive, foram de grande importância na geração de emprego e renda para o país no período). Note-se que, em relação aos

---

3 É importante não confundir “terciarização” (isto é, o aumento da participação do setor na estrutura ocupacional) com “terceirização”, fenômeno observado no mercado de trabalho nacional atual, que inclusive é um dos importantes aspectos que marcaram a precarização das condições de trabalho.

4 É necessário mencionar que, a partir de 1998, o IBGE implementou a Pesquisa Anual de Serviços (PAS). Trata-se de um esforço para caracterizar o setor, contemplando informações básicas sobre desempenho econômico, emprego e salários nos principais segmentos das atividades de serviços. De qualquer modo, ainda há muito que avançar nessa direção.

5 Num contexto de reestruturação produtiva, as tendências internacionais têm mostrado não só a expansão da demanda pelos serviços existentes, mas também uma redefinição no papel de “novos serviços” (telecomunicações, por exemplo) nas estratégias empresariais. Tais serviços são mencionados na literatura direcionada como serviços “baseados em conhecimento” ou “intensivos em ciência” (Montagner, Bernardes; Matteo, 1999).

postos de trabalho criados no setor, o estudo de Melo et al. (1998) revela que, no período de 1985 a 1995, os postos de trabalho gerados, em sua maioria, foram de baixa qualidade, reforçando as indicações de que o crescimento da ocupação nos serviços é uma resposta à incapacidade de geração de emprego no setor industrial. Confirma-se assim a idéia de que os serviços, particularmente os pessoais, são absorvedores de mão-de-obra nos períodos de crise econômica. O referido estudo destacou, ainda, que o segmento de serviço doméstico remunerado é o que representou a maior contribuição para a geração de postos de trabalho naquele período.

Portanto, é imperativo compreender melhor a composição e evolução dos serviços pessoais no Brasil. Para Cardoso Jr. (1999, p. 17), “o caso dos serviços pessoais é tão emblemático para o segmento dos serviços quanto o da construção civil para o segmento industrial”. Pois ambos apresentam os maiores níveis de informalidade entre seus trabalhadores ocupados com rendimentos no trabalho principal, o que evidencia claramente, segundo o autor, o processo de deterioração do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, na medida em que são atividades que concentram grandes contingentes de mão-de-obra urbana. Também para o Ipea (2000) os serviços pessoais e a construção civil sustentaram a expansão da ocupação durante a década de 1990.

## **2 Os serviços pessoais no Brasil (1992-2001)**

### **2.1 Esclarecimentos metodológicos**

O estudo do setor de “serviços pessoais” tem sido prejudicado por limitações conceituais e pela relativa ausência de informações sistematizadas sobre sua composição e suas mudanças estruturais. Neste trabalho, optou-se por utilizar como referência a classificação propugnada por Browning e Singelman (1978), que divide o setor serviços em *serviços produtivos* (serviços bancários, financeiros, seguros, imobiliários, de arquitetura e engenharia, auditoria, contabilidade), *serviços distributivos* (transporte, armazenamento, comunicações, comércio por atacado e varejista), *serviços sociais* (saúde, educação, serviços religiosos, postais, outros serviços governamentais) e *serviços pessoais* (domésticos, reparação, higiene e beleza, hospedagem, diversões, etc.).

Partindo-se, assim, desta tipologia, em primeiro lugar, é de suma importância esclarecer o que se considera como “serviços pessoais” neste artigo. Antes, cabe lembrar que a base estatística deste estudo refere-se às tabulações especiais elaboradas a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Na verdade, para a PNAD, em sua relação de Código de Atividades, o código “531” refere-se aos “serviços pessoais” e englobam as seguintes atividades: academias em geral (aeróbica, artes marciais, balé, capoeira, ginástica, ioga, karatê, musculação, etc.), banho, barbearia, corte, alisamento, permanente e similares, depilação, clínicas de emagrecimento, instituto de beleza (higiene pessoal, esteticista, manicure, etc.). Ou seja, em se tratando de serviços pessoais, constitui-se uma gama de atividades bastante restrita.

Assim, optou-se pela necessidade de incorporar ao estudo outros ramos tidos como serviços pessoais, de modo a expandir essa tipologia. Logo, além das consideradas na classificação da PNAD, por nós designadas de serviços de “Cuidados com o Corpo”, foram incorporadas as seguintes atividades:

1) *Serviços de Bares e Restaurantes*: referente ao código “512” e engloba atividades tais como adega, alimentação, bar, bomboniere, botequim, serviço de buffet, de café e bar, cantina, confeitaria, pastelarias, pizzarias, lanchonetes, etc;

2) *Serviços de Manutenção e Reparação*: referente aos códigos “521”, “522”, “523”, “524” e “525”, englobando atividades de prestação de serviços de manutenção e reparação em máquinas e em veículos, como por exemplo, aparelho de som, máquinas de costura, de calcular, rádio, TV, ventilador, alinhamento de rodas, automóveis, bicicletas, caminhão, estofados, artigos de madeira, móveis em geral, etc;

3) *Serviços de Vestuário e Lavanderia*: referente aos códigos “532”, “533” e “541”, contemplando atividades de alfaiataria e artigos de vestuário e de calçados em geral, além de engomadeiras e lavanderias, passadeiras, tinturarias, etc;

4) *Serviços de Diversão*: referente ao código “551”, cujas atividades principais são: agência de filmes, aluguel de barcos, bicicletas, etc, bandas, casa de danças, de bilhar, boliches, parques temáticos e de diversões, etc, teatro, cinema, circo, produção de espetáculos, etc.;

5) *Serviços de Hospedagem*: referente ao código “511”, englobando as seguintes atividades: albergues da juventude, dormitório de estrada, hospedagem em hotéis, pousadas, pensionatos, etc.;

6) *Serviços Residenciais*: referente ao código “542”, contemplando as atividades de administração de condomínios, aplicação de sintecos, detetização, limpeza de piscina, de caixa d’água, de fossas, etc.;

7) *Serviços de Segurança*: referente ao código “543”, englobando as atividades de guarda patrimonial, segurança domiciliar, vigilância particular, etc. e

8) *Serviços Domésticos*: referente ao código “544”, representado fundamentalmente pelo serviço doméstico remunerado, embora também apareçam atividades tais como governanta, cozinheira, etc.

Tendo feitas estas importantes considerações, ou seja, estabelecendo como serviços pessoais, as atividades ligadas aos serviços de “cuidados com o corpo”, de bares e restaurantes, de vestuário e lavanderia, de diversão, de hospedagem, serviços residenciais e de segurança, serviços de manutenção e reparação, além dos serviços domésticos, pode-se, então, avançar no sentido de verificar o que ocorreu com os serviços pessoais ao longo dos anos 90, a partir de tabulações especiais da PNAD elaboradas para os anos de 1992 e de 2001.

## 2.2 Ocupação e rendimento

Os dados da PNAD indicam que o peso dos ocupados no Setor de Serviços em relação ao total dos ocupados não agrícolas era de 71% em 1992, tendo aumentado para 74% em 2001. Em termos absolutos, os Serviços absorveram mais de 11 milhões de trabalhadores (de pouco mais de 33 milhões de pessoas para mais de 44,3 milhões), que corresponde a uma variação relativa de 34%. Desse enorme contingente de trabalhadores ocupados no Setor de Serviços, em 2001, mais de um terço (34,5%) estavam distribuídos nos serviços pessoais, enquanto quase  $\frac{1}{4}$  encontrava-se nas atividades ligadas ao comércio e cerca de 17% encontravam-se nos serviços sociais (Tabela 1). A administração pública, os serviços produtivos compreendiam, respectivamente, 8% e 9% do pessoal ocupado no setor em 2001. Note-se que os serviços pessoais ocupavam cerca de 15,3 milhões de pessoas em 2001.

Tabela 1  
Ocupados em atividades do setor serviços  
Brasil, 1992-2001

Classificação da atividade	1992	%	2001	%	Variação	%
	N		N		N	
Comércio	7.905.524	23,9	10.784.085	24,3	2.878.561	36,4
Serviços de distribuição	2.236.364	6,8	3.083.937	7,0	847.573	37,9
Serviços produtivos	2.837.906	8,6	3.979.940	9,0	1.142.034	40,2
Serviços pessoais	11.587.815	35,0	15.302.847	34,5	3.715.032	32,1
Serviços sociais	5.518.580	16,7	7.539.878	17,0	2.021.298	36,6
Administração pública	2.984.767	9,0	3.637.695	8,2	652.928	21,9
Total	33.070.956	100,0	44.328.382	100,0	11.257.426	34,0

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

No que se refere aos rendimentos, é interessante notar que, do conjunto das remunerações do setor de serviços como um todo, o rendimento médio dos ocupados nos serviços pessoais é o menor. Embora tenha se verificado um ligeiro aumento (24%), passando de R\$ 345 em 1992 para R\$ 407 em 2001, esse valor é ainda menor do que os rendimentos médios dos demais ramos do setor de serviços e, inclusive, inferior quando comparado com o rendimento médio do comércio e da administração pública (Ver Tabela 2).

Tabela 2  
Rendimento médio<sup>1</sup> dos ocupados em atividades do setor serviços  
Brasil, 1992-2001

	1992	2001
Serviços Produtivos	1129,04	1238,82
Serviços Distributivos	686,85	715,38
Serviços Pessoais	345,63	407
Serviços Sociais	727,8	743,12
Comércio	495,71	559,49
Adm. Pública	677,10	1003,51
Total	514,00	629,00

(1) Valores atualizados pelo INPC – Reais em janeiro de 2002.

Fonte: PNAD – 1992 e 2001

A análise da composição interna do subsetor de serviços pessoais (Tabela 3) revela que a maior concentração de seus ocupados encontra-se, como se poderia supor, no ramo de serviços domésticos (38,5%), seguido

pelo ramo de bares e restaurantes (17%) e por manutenção e reparação (14%). Os serviços de vestuário (cuja participação caiu de 13,5% para 9%) foram o único ramo que apresentou uma variação absoluta negativa, entre 1992 e 2001. Por sua vez, embora pesem relativamente pouco, os segmentos de vigilância e de hospedagem tiveram crescimento relativo muito significativo no período (96% e 82%, respectivamente). Deve-se mencionar o expressivo número de ocupados em serviços domésticos, em 2001: quase 6 milhões de pessoas.

Tabela 3  
Ocupados em atividades de serviços pessoais Brasil, 1992/2001

Ramo de atividade	1992	%	2001	%	Variação	%
	N		N		N	
Bares e restaurantes	1.893.141	16,3	2.644.035	17,3	750.894	39,7
Manutenção e reparação	1.794.075	15,5	2.156.289	14,1	362.214	20,2
Vestuário e lavanderia	1.564.103	13,5	1.395.512	9,1	-168.591	-10,8
Cuidados com o corpo	526.057	4,5	911.282	6,0	385.225	73,2
Serviços de diversão	224.970	1,9	408.221	2,7	183.251	81,5
Serviços de hospedagem	241.610	2,1	267.217	1,7	25.607	10,6
Serviços residenciais	688.261	5,9	1.011.865	6,6	323.604	47,0
Serviços de segurança	308.974	2,7	603.988	3,9	295.014	95,5
Serviços domésticos	4.340.484	37,5	5.890.351	38,5	1.549.867	35,7
Outros	6.140	0,1	14.087	0,1	7.947	129,4
Total	11.587.815	100	15.302.847	100	3.750.932	32,2

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Em se tratando da questão das remunerações dos ocupados nos serviços pessoais, os dados da Tabela 3 revelam que o rendimento médio aumentou um pouco entre 1992 e 2001, mas continuava relativamente baixo se comparado ao do conjunto dos ocupados não agrícolas (R\$ 407 contra R\$ 611, respectivamente). Os maiores rendimentos encontravam-se no ramo de diversão (R\$ 580 em 1992 e R\$ 645 em 2001), de hospedagem (R\$ 527 em 2001), e no de manutenção e reparação (R\$ 528). Como era de se esperar, os serviços domésticos registravam a menor remuneração média, que embora tenha aumentado de R\$ 138 em 1992 para R\$ 195 em 2001, continua apresentando um valor ainda muito baixo, pouco superior ao valor do salário mínimo da época (em termos nominais, R\$ 190 contra R\$ 180). Chama atenção, também, o crescimento relativo das remunerações nos serviços de

vestuário, que contrasta com a diminuição no número de ocupados. Por sua vez, os ramos de segurança, de hospedagem e de bares e restaurantes apresentam rendimentos médios relativamente estáveis.

Tabela 4  
Rendimento médio real<sup>1</sup> dos ocupados nos serviços pessoais  
Brasil, 1992-2001

Ramo de atividade	1992	2001	Var. 92/01
Bares e restaurantes	382,63	414,75	8,4
Manutenção e reparação	447,54	528,85	18,2
Vestuário e Lavanderia	190,22	400,50	110,5
Cuidados com o corpo	340,26	427,31	25,6
Diversão	579,71	644,43	11,2
Serviços de hospedagem	484,46	526,72	8,7
Serviços residenciais	316,85	384,08	21,2
Serviços de segurança	465,20	485,23	4,3
Serviços domésticos	137,86	195,11	41,5
Total	345,63	406,66	17,7

(1) Valores atualizados pela variação do INPC corrigido pelo IPEA. Valores em R\$ de janeiro de 2002.

Fonte: PNAD (1992 e 2001).

Assim, uma primeira análise global, nos deixa claro que os serviços pessoais é o subsetor do Setor de Serviços com maior número de ocupados, representando, como já mencionado, em 2001, quase 35% do total dos ocupados em serviços. Por outro lado, em se tratando dos rendimentos, este se mostra como o subsetor que pior remunera, ou seja, que apresenta remunerações inferiores às verificadas para o conjunto dos serviços, inclusive comércio e administração pública. No que concerne à análise dos ramos que compreendem os serviços pessoais, é perceptível que há algumas diferenças, quando se analisa o perfil dos ocupados e suas respectivas remunerações, como por exemplo, a grave disparidade existente entre os rendimentos dos serviços domésticos em relação aos demais. Nesse sentido, frente à heterogeneidade que também marca os serviços pessoais, seria necessário e interessante aprofundar, ou melhor, examinar mais detalhadamente o perfil das pessoas ocupadas em cada um dos ramos que compõem suas atividades.

### 2.3 Perfil dos ocupados em serviços pessoais

#### a) *Gênero*

Os dados da Tabela 5 revelam que há uma maior proporção de ocupados do sexo feminino, provavelmente “puxado” pelos serviços domésticos remunerados. Além deste ramo, os serviços de vestuário e lavanderia e de cuidados com o corpo registram uma maior proporção de ocupados do sexo feminino. O contrário é verificado para os ramos de manutenção e reparação, diversão, serviços residenciais e de segurança, atividades fundamentalmente realizadas por homens. Nota-se um certo “equilíbrio” nos serviços de bares e restaurantes e de hospedagem.

Tabela 5  
Peso (%) dos ocupados em serviços pessoais segundo gênero, por ramos  
Brasil, 1992-2001

Ramos de Atividade	Em %			
	1992		2001	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Bares e restaurantes	57,0	43,0	52,6	47,4
Manutenção e reparação	96,7	3,3	94,0	5,9
Vestuário e lavanderia	11,9	88,1	13,9	86,1
Cuidados com o corpo	20,5	79,5	22,1	77,9
Diversão	64,8	35,2	68,7	31,7
Serviços de hospedagem	50,5	49,5	47,0	53,0
Serviços residenciais	62,8	37,2	65,4	34,6
Serviços de segurança	93,5	6,5	91,5	8,5
Serviços domésticos	5,9	94,1	6,3	93,7
Total	43,8	56,2	42,0	58,0

Fonte: PNAD/IBGE (1992 e 2001).

#### b) *Faixa etária*

A análise da faixa etária dos ocupados em serviços pessoais revela, conforme pode ser visto na Tabela 6, que grande parte dos ocupados estão na faixa compreendida entre 25 a 39 anos. Do ponto de vista da faixa que vai até 24 anos, ou seja, referente ao primeiro emprego, nota-se que é alta a proporção de ocupados, por exemplo, nos serviços domésticos remunerados (embora tenha sofrido uma redução relativa em 2001), nos serviços de diversão e de manutenção e reparação. Isso pode ser um indicativo da heterogeneidade presente no subsetor, quando se levam em conta os

rendimentos médios auferidos pelos seus ocupados nos seus respectivos ramos (Tabela 3).

Tabela 6  
Peso (%) dos ocupados em serviços pessoais segundo faixa etária, por ramos  
Brasil, 1992-2001

Ramos de Atividade	1992			2001		
	até 24	25 a 39	50 ou +	até 24	25 a 39	50 ou +
Bares e restaurantes	30,6	38,2	13,5	27,7	35,7	16,2
Manutenção e reparação	36,3	37,8	10,9	50,9	35,8	0,0
Vestuário e lavanderia	14,1	34,9	26,4	13,9	31,4	29,3
Cuidados com o corpo	20,3	51,8	10,8	18,9	49,5	9,7
Diversão	43,3	38,3	7,2	40,5	39,3	7,0
Serviços de hospedagem	23,3	44,9	14,1	21,2	47,9	14,1
Serviços residenciais	18,2	40,9	20,1	14,3	44,1	17,0
Serviços de segurança	15,7	55,0	12,5	15,7	55,9	11,1
Serviços domésticos	43,5	33,4	9,8	27,1	38,9	13,6

Fonte: PNAD/IBGE (1992 e 2001).

### c) *Escolaridade*

No que se refere ao nível de escolaridade dos ocupados em serviços pessoais, os dados mostram que houve, no período analisado, uma melhora na escolarização, tendo em vista a redução na proporção de ocupados com até 7 anos de estudo, ou seja, com segundo grau incompleto e, por outro lado, um aumento daqueles com pelo menos segundo grau completo (11 ou mais anos de estudo). No entanto, ainda é bastante elevada a concentração de ocupados na faixa de até 7 anos de estudo, embora vale mencionar, até por que não aparece na Tabela 7, que nos ramos de serviços de manutenção e reparação, serviços de cuidados com o corpo e nos serviços de diversão, a maior proporção de ocupados encontra-se na faixa compreendida entre 11 e 14 anos de estudo (segundo grau completo, porém superior incompleto). É interessante colocar que em alguns ramos, como, por exemplo, cuidados com o corpo e serviços de hospedagem, atualmente vêm-se exigindo uma melhor qualificação para a execução de determinadas tarefas. A heterogeneidade presente neste subsetor pode ser também notada quando se analisam os dados de escolaridade para os serviços domésticos remunerados (Tabela 7).

Tabela 7  
Peso (%) dos ocupados em serviços pessoais segundo anos de estudo, por ramos  
Brasil, 1992-2001

Ramos de Atividade	1992			2001		
	até 7	8 a 10	11 ou +	até 7	8 a 10	11 ou +
Bares e restaurantes	65,4	19,7	16,1	48,9	24,3	26,3
Manutenção e reparação	60,3	24,0	15,1	32,8	28,0	38,3
Vestuário e lavanderia	75,8	14,2	9,9	58,1	19,9	21,1
Cuidados com o corpo	52,9	24,4	22,9	32,8	28,0	38,3
Diversão	41,6	24,7	33,8	23,2	25,3	50,4
Serviços de hospedagem	58,1	17,9	24,1	40,1	23,0	35,6
Serviços residenciais	80,5	12,4	7,1	59,1	21,5	18,2
Serviços de segurança	57,2	24,1	18,8	36,4	27,7	34,5
Serviços domésticos	85,7	11,2	3,1	68,8	20,4	9,7

Fonte: PNAD/IBGE (1992 e 2001).

Tabela 8  
Peso (%) dos ocupados em serviços pessoais segundo posição na ocupação, por ramos  
Brasil: 1992-2001

1992					
Ramos de Atividade	Empregado		c/ própria	Empre- gador	outros
	com carteira	sem carteira			
Bares e restaurantes	22,0	19,5	34,9	8,8	14,5
Manutenção e reparação	17,4	28,0	41,6	8,4	4,2
Vestuário e lavanderia	4,4	6,3	83,9	1,0	4,3
Cuidados com o corpo	5,9	14,8	73,7	4,0	1,4
Diversão	16,4	17,0	32,0	8,5	3,2
Serviços de hospedagem	68,0	16,5	2,8	9,0	4,0
Serviços residenciais	83,1	11,3	4,1	0,8	0,6
Serviços de segurança	89,3	8,4	1,2	0,2	0,0
Serviços domésticos	17,0	83,0	0,0	0,0	0,0
2001					
Ramos de Atividade	Empregado		c/ própria	Empre- gador	outros
	com carteira	sem carteira			
Bares e restaurantes	25,3	22,6	31,4	8,4	12,2
Manutenção e reparação	20,2	26,1	41,6	8,6	4,3
Vestuário e lavanderia	8,2	7,1	79,5	2,2	2,9
Cuidados com o corpo	8,0	19,3	66,1	5,2	1,4
Diversão	38,9	30,5	39,7	6,8	4,6
Serviços de hospedagem	71,6	17,1	1,6	7,7	1,7
Serviços residenciais	83,3	9,6	5,0	1,6	0,5
Serviços de segurança	76,3	14,2	7,3	1,1	0,0
Serviços domésticos	26,0	74,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: PNAD/IBGE (1992 e 2001).

*d) Posição na ocupação*

Em se tratando da posição na ocupação, em 2001, verifica-se que há uma maior concentração de empregados em quase todos os ramos dos serviços pessoais, com exceção aos serviços de vestuário e lavanderia e de cuidados com o corpo, onde quase 80% dos ocupados em cada um destes ramos trabalhavam por conta-própria. No que se refere aos empregados, nos serviços de bares e restaurantes, de hospedagem e também nos serviços residenciais e de segurança privada, há uma maior concentração de empregados com carteira assinada, enquanto que nos serviços de manutenção e reparação, de diversão e nos serviços domésticos, respectivamente, 57%, 63% e 74% do total dos empregados não tinham carteira assinada. A proporção de empregadores, como pode ser notado na Tabela 8, é relativamente pequena e inclusive apresenta tendência de queda em 2001.

Tabela 9

Peso (%) dos ocupados em serviços pessoais segundo jornada semanal de trabalho (em horas), por ramos de atividade – Brasil, 1992-2001

Ramos de Atividade	1992				2001			
	até 20	21 a 40	41 a 44	45 ou +	até 20	21 a 40	41 a 44	45 ou +
Bares e restaurantes	8,7	22,2	5,9	63,2	9,9	23,9	7,4	58,8
Manutenção e reparação	4,5	24,4	15,1	56,0	6,0	26,4	14,7	52,9
Vestuário e lavanderia	31,4	43,7	3,3	18,7	28,7	37,7	6,8	26,7
Cuidados com o corpo	27,3	33,1	3,6	36,0	23,6	33,4	4,4	38,7
Diversão	27,6	35,2	4,8	32,4	29,1	31,6	6,3	33,0
Serviços de hospedagem	1,6	21,6	12,6	64,2	2,3	22,5	16,6	58,7
Serviços residenciais	5,0	31,7	17,5	45,7	3,5	35,1	16,2	45,2
Serviços de segurança	1,3	26,0	9,3	63,5	3,4	33,4	9,4	53,8
Serviços domésticos	12,1	30,3	6,1	51,5	15,8	35,8	7,2	41,1

Fonte: PNAD/IBGE (1992 e 2001).

*e) Jornada semanal de trabalho*

Do ponto de vista da jornada de trabalho semanal, em todos os ramos dos serviços pessoais, há um maior percentual de ocupados que trabalham 45 horas ou mais na semana: em 2001, aproximadamente 60% do total dos ocupados em serviços de bares e restaurantes e em serviços de hospedagem, 54% em serviços de segurança privada, 53% em serviços de manutenção e reparação, 46% em serviços residenciais, mais de 40% nos serviços

domésticos remunerados, 40% em serviços de “cuidados com o corpo” e 33% em serviços de diversão. A única exceção, ou seja, o único ramo onde não é maior a proporção dos ocupados que trabalham nesta faixa de tempo, é o ramo de serviços de vestuário e lavanderia, onde 40% dos ocupados trabalham entre 21 e 40 horas semanais (Tabela 9 acima).

### **Considerações finais**

É indubitável que a economia brasileira, sobretudo nas últimas duas décadas, tornou-se uma economia de serviços (acompanhando a tendência observada nas economias mais avançadas). De fato, o setor de serviços representa quase dois terços do emprego urbano e responde por mais da metade do PIB. Mesmo levando-se em conta a relativa escassez de estudos e análises que englobam o setor e a dificuldade de classificar, definir e mensurar as diversas atividades dele constitutivas é lícito afirmar que o setor de serviços tem tido importância decisiva na geração de empregos e de renda. Durante a década de 1990, o setor constituiu a principal fonte de geração de postos de trabalho no Brasil.

No que se refere aos serviços pessoais, objeto deste artigo, pretendeu-se chamar à atenção, a importância destes serviços no que diz respeito à geração de ocupação e renda, visto que eles responderam por cerca de 355 dos ocupados nos serviços em geral. No entanto, cabe destacar que o rendimento médio real do setor de serviços pessoais, embora tenha aumentado de 1992 para 2001, ainda encontra-se num patamar bem inferior ao rendimento médio real do total dos ocupados não-agrícolas no Brasil. A situação é mais grave ainda para os serviços domésticos, cujo rendimento médio situa-se pouco acima do valor do salário mínimo legal.

Como bem mostraram Cardoso de Mello e Novais (1998), não se pode construir uma nação civilizada e uma economia moderna e pujante tendo como alicerce um padrão de desenvolvimento que se apóia em atividades de baixas remuneração e qualificação, bem como num padrão de sociabilidade marcado pelo clientelismo quase sempre associado à prestação de serviços pessoais. Conhecer a dinâmica destes tipos de serviço é, portanto, um passo importante para desvendar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica, caso do Brasil.

Persiste a preocupação de investigar mais detalhadamente os determinantes do processo de expansão dos serviços pessoais. Além disso,

não se pode esquecer que essas ocupações que foram e vêm sendo criadas apresentam remunerações médias, na grande maioria dos casos, em patamares demasiados baixos e, inclusive, bem inferiores ao rendimento médio observado para o conjunto das ocupações não agrícolas.

### **Bibliografia**

BALTAR, P.; CACCIAMALLI, M.; DEDECCA, C. *Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90*. Relatório Final. Convênio Ipea/Fecamp. Campinas: IE/Unicamp, 1997.

BALTAR, P. *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Tese (Livre-Docência)-Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2003.

BROWNIG, H. C.; SINGELMANN, J. The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation. *Politics and Society*, Springfield, 1978.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, jun. 2000.

CANO, Wilson. Aspectos teóricos e metodológicos para análise do setor terciário. In: CENÁRIOS da urbanização paulista (documento básico). São Paulo: Fundação Seade, 1992. 8v. (Coleção São Paulo no limiar do século XXI).

CARDOSO Jr., José Celso. *Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90*. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 1999. (Texto para discussão, n. 655).

CARDOSO DE MELLO, J. M.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

DEDECCA, Cláudio. *Reorganização econômica, absorção de mão de obra e qualificação*. Campinas: Unicamp. IE, 2000. 38p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS – Dieese. *Os trabalhadores e a terceirização*. São Paulo, fev. 1993.

FURTADO, Celso. *O fator político na formação social*. Disponível em: <[http://www.geocities.com/extraindo\\_celso-furtado.htm](http://www.geocities.com/extraindo_celso-furtado.htm)>. Fev. 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. *Dinâmica do setor de serviços no Brasil – emprego e produto*. Rio de Janeiro, 2000. (Relatório de Pesquisa, 18).

MELO, Hildete, et al. *É possível uma política para o setor serviços?* Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para discussão, n. 457).

\_\_\_\_\_. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95. In: A ECONOMIA brasileira em perspectiva. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. v. 2, p. 665-712.

MONTAGNER, P.; BERNARDES, R.; MATTEO, M. A demanda por serviços: o que há de novo na economia paulista. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 2, 1999.

POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós Real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp. IE, 1997. p. 101-130.